

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
RONDÔNIA - *CAMPUS*  
JI-PARANÁ  
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**ERICA PEROBA ALVARENGA**

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA  
GESTÃO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA**

**JI-PARANÁ**

**2025**

**ERICA PEROBA ALVARENGA**

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA  
GESTÃO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA**

Trabalho apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Ji-Paraná, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Santos Magalhães.

**JI- PARANÁ**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Alvarenga, Érica Peroba.

Análise da eficiência da administração pública na gestão da crise hídrica em Rondônia. / Érica Peroba Alvarenga. - Ji-Paraná, 2025. 15 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Luciano Santos Magalhães.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Ji-Paraná, 2025.

ISBN 978-65-5379-770-3

1. Gestão pública. 2. Crise hídrica. 3. Sustentabilidade. I. Magalhães, Luciano Santos (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Cleuza Diogo Antunes, CRB-11/864

# ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA

Capítulo de livro entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Ji-Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Gestão Pública sob a orientação do professor Dr. Luciano Santos Magalhães.

Aprovado em: 17/11/2025 pela banca examinadora.



Documento assinado digitalmente  
**JOAO RICARDO LIMA BRITO**  
Data: 25/11/2025 21:48:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Membro da Banca



Documento assinado digitalmente  
**ILMA RODRIGUES DE SOUZA FAUSTO**  
Data: 25/11/2025 21:34:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Membro da Banca



Documento assinado digitalmente  
**LUCIANO SANTOS MAGALHAES**  
Data: 25/11/2025 21:26:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Orientador



## Análise da Eficiência da Administração Pública na Gestão da Crise Hídrica em Rondônia

### *Analysis of the Efficiency of Public Administration in Managing the Water Crisis in Rondônia*

Erica Peroba Alvarenga

*Acadêmica do Curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO, Campus Ji-Paraná.*

Luciano Santos Magalhães

*Professor do Curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO, Campus Ji-Paraná. Doutor em Educação pela UFAM.*

**Resumo:** A crise hídrica em Rondônia representa um desafio crescente diante do avanço do desmatamento, das mudanças climáticas e da má gestão dos recursos naturais. Este trabalho analisa a eficiência da gestão pública no enfrentamento dessa crise, identificando as ações adotadas pelo poder público, os impactos socioambientais decorrentes da escassez hídrica e o papel da sociedade civil no enfrentamento do problema. Por meio de uma abordagem qualitativa e com base em pesquisa documental, o estudo demonstra que, embora existam marcos legais e políticas públicas específicas, a efetividade das medidas adotadas ainda é limitada por fatores como a falta de integração entre os setores e a baixa participação social. Diante disso, destaca-se a importância da governança participativa, da educação ambiental e do planejamento estratégico como elementos fundamentais para a promoção de uma gestão hídrica eficiente e sustentável. O estudo conclui que a superação da crise exige uma atuação coordenada entre Estado e sociedade, com foco na preservação dos recursos naturais, na justiça socioambiental e na construção de políticas públicas duradouras.

**Palavras-chave:** gestão pública; crise hídrica; sustentabilidade.

**Abstract:** The water crisis in Rondônia represents a growing challenge in the face of advancing deforestation, climate change, and poor management of natural resources. This task analyzes the efficiency of public management in addressing this crisis, identifying the actions adopted by public power, the socio-environmental impacts resulting from water scarcity, and the role of civil society in addressing the problem. Through a qualitative approach and based on documentary research, the study demonstrates that, although legal frameworks and specific public policies exist, the effectiveness of the measures adopted is still limited by factors such as a lack of integration between sectors and low social participation. Before that, the importance of participatory governance, environmental education, and strategic planning is highlighted as fundamental elements for promoting an efficient and sustainable water management. The study concludes that overcoming the crisis requires coordinated action between the State and society, with a focus on preserving natural resources, socio-environmental justice, and construction lasting public policies.

**Keywords:** public management; water crisis; sustainability.

## INTRODUÇÃO

A água é uma necessidade primária, direito e patrimônio de todos os seres vivos, imprescindível para a manutenção da vida no planeta, ao passo que é um

recurso finito. Muito se tem discutido sobre a crise hídrica em Rondônia. O Estado, “[...] após enfrentar uma seca histórica em anos anteriores e observar os níveis dos rios atingindo mínimos preocupantes, se prepara para uma possível seca ainda mais severa durante o verão amazônico de 2024” (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, 2024, n. p.). Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, tem sua história ligada ao processo de desbravamento do extremo oeste brasileiro, assim como pela exploração de borracha e minérios na Floresta Amazônica. “Na atualidade, o estado é um grande produtor de soja e carne bovina [...]”, atividades que demandam grande consumo de água (Campos, [s. d.], n. p.).

Segundo Neves (2024), a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) tem sido implementado diversas medidas estratégicas por meio do Plano de Urgência e Contingência, elaborado por sua equipe de Engenharia, com o objetivo de mitigar os efeitos da escassez de água causado pela crise hídrica no estado. Entre as medidas adotadas, evidenciam-se o monitoramento dos níveis dos reservatórios e das fontes de captação de água, visando aperfeiçoar a distribuição e priorizar o abastecimento nas áreas mais afetadas.

Contudo, estudos anteriores mostraram que a crise hídrica vem afetando não só a população rondoniense, mas sim, o Brasil todo. De acordo com Thompson (2021, n.p.), “[...] as principais causas dessa escassez são frutos de uma gestão equivocada dos valiosos patrimônios naturais, que resultaram em um alto índice de desmatamento da Amazônia e no agravamento do aquecimento global”.

Diante disso, apesar da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia ter um plano de emergência e contingência para o enfrentamento da crise hídrica do período de 2024/2025, tal medida parece ainda não ser suficiente para a resolução desta complexa problemática, sendo necessário incluir o relevante papel social da população rondoniense. Dessa forma, mostra-se relevante investigar: quais medidas foram tomadas pelo Governo do Estado para o enfrentamento da crise hídrica em Rondônia no ano de 2024?

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o plano de emergência e contingência utilizado para o enfrentamento da crise hídrica em Rondônia no ano de 2024.

Para alcançar esse objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar os principais documentos do governo estadual que evidenciam as ações para enfrentamento da crise hídrica; b) analisar por meio de matrizes de análise as principais medidas tomadas nos documentos selecionados; c) discutir os resultados da análise, destacando as estratégias adotadas pelo estado.

Desta forma, esta pesquisa é relevante para identificar quais estratégias podem contribuir para o enfrentamento da crise hídrica em Rondônia. No tocante à relevância teórica, esta pesquisa pode trazer esclarecimentos para o campo acadêmico, bem como contribuir para o avanço do debate sobre a temática e auxiliar futuras pesquisas acadêmicas nesta área. Além disso, a contribuição prática pode proporcionar um entendimento a ser aproveitado pelos gestores públicos, através da compreensão dos fatores inerentes à crise hídrica no Estado de Rondônia e

assim elaborar políticas públicas mais eficientes, incluindo a participação efetiva de toda a população, através da sensibilização quanto ao consumo racional da água.

Este trabalho está organizado com esta introdução, na qual apresenta a contextualização do tema e a definição dos objetivos. A seguir trazemos os tópicos sobre a gestão dos recursos hídricos; crise hídrica e sustentabilidade. Na sequência, será descrita a metodologia adotada na pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados e discussões obtidos e, por fim, as considerações finais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico desta pesquisa está organizado em dois subtópicos, sendo que um aborda a gestão dos recursos hídricos e o outro a crise hídrica e sustentabilidade.

### Gestão dos Recursos Hídricos

Em razão da seca dos rios de Rondônia, o Governo do Estado instituiu o Comitê de crise Hídrica, em novembro do ano de 2023, através do Decreto nº 28.613 (Rondônia, 2023). De acordo com os especialistas, a estimativa é que a seca extrema em toda a Amazônia se estenda pelo primeiro semestre de 2024, devido aos fatores climáticos como o aquecimento anormal dos oceanos e do fenômeno climático El Niño (Moura, 2023). O Comitê é composto por representantes de diversos órgãos do governo do Estado, tais como Defesa Civil, Planejamento, Economia, agropecuária, meio ambiente; Vigilância em Saúde, comunicação à distribuição de água, o qual tem por missão articular ações integradas em respostas às situações emergências ocorridas nos Municípios de Rondônia decorrentes da estiagem. Através das informações meteorológicas, o grupo do comitê de crise hídrica vem desenvolvendo planejamentos estratégicos, implementando ações que visam reduzir o impacto às pessoas em uma eventual consolidação de cenário (Azevedo, 2024).

Em janeiro de 1997, entrou em vigor a Lei Federal nº 9.433/97, também conhecida como lei das águas, criando a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SINGREH). De acordo com a lei acima citada, a água é considerada um bem público e um recurso natural limitado e com valor econômico (Brasil, 1997).

A Lei Federal nº 9.433/1997 foi instituída pelos seguintes planos de recursos hídricos, são planos de longo prazo e terão o seguinte conteúdo:

I - diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

II - análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

III - balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;

IV - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

V - medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;

VIII - prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

IX - diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

X - propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. (Brasil, 1997, n.p.)

Diante do exposto, esta Lei constitui um marco na gestão dos recursos hídricos, estabelecendo planos de longo prazo que incluem desde o diagnóstico da situação atual até a definição de metas de racionalização do uso da água e preservação ambiental. Portanto, contribui para a sustentabilidade, garantindo que as gerações futuras possam usufruir desse recurso essencial à vida.

## **Crise hídrica e Sustentabilidade**

O termo crise hídrica não é um fato novo. Ressalta-se que vem se agravando desde 2021, marcado por um período prolongado de seca, com precipitações abaixo da média histórica em algumas regiões. Embora o Brasil detenha 12% da água doce do planeta, a distribuição dos recursos nunca foi igual. A falta de chuvas tem sido uma das protagonistas da crise hídrica.

Conforme notícia veiculada no Portal G1 (Costa, 2024) o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), registrou que os índices de chuvas em Rondônia estão abaixo da média. Com isso, especialistas acreditam que o período crítico de estiagem no ano de 2024, podem ocorrer entre os meses de agosto e setembro. Segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (SGB), no início de junho, o nível do Rio Madeira vem sofrendo redução significativa na capital. Observa-se que a cota do afluente caiu de 8,23 metros (1º de junho) para 4,15 metros (em 19 de junho), sendo essa a menor cota de 2024.

É importante ressaltar que a sustentabilidade é importante para a sobrevivência da humanidade e executar suas variadas funções sociais, utilizando os recursos naturais disponíveis de forma racional e consciente. De acordo com Fusati (2025, n. p.), “a água é um recurso estratégico, seu uso sustentável garante a reserva dos recursos hídricos, assim, reduzindo o estresse hídrico de mananciais superficiais como (rios, lagos, represas) e subterrâneos (lençóis freáticos e aquíferos)”.

O conceito de sustentabilidade pode ser alcançado através do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de preservar o planeta e atender as necessidades humanas. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 55%

da população mundial vive em áreas urbanas e a possibilidade dessa proporção aumentar para 70% até 2050.

Portanto, é de suma importância garantir a sustentabilidade das comunidades e das edificações a longo prazo.

Hoje, é preciso buscar estratégias focadas não mais em uma simples conservação dos recursos hídricos, mas sim ir ao encontro de um novo ponto de equilíbrio no uso dos recursos hídricos frente às mudanças climáticas que já são uma realidade incontestável. A irreversibilidade dos impactos humanos sobre os ecossistemas é uma questão atual e precisa ser encarada não só pelos tomadores de decisão, mas também pela sociedade em geral (Pinto-Coelho, 2016, p. 199).

Desta forma, fica evidente que, a crise de escassez de água não deve ser preocupação somente dos gestores públicos, mas também da sociedade como um todo, tendo em vista que esta geração bem como as futuras, dependem de decisões e providências assertivas que busquem resolver a crise hídrica, ou comprometerá num futuro próximo, todas as espécies de vida que dependem de água para sobreviver.

Segundo Sachs (2008), o futuro do planeta e da humanidade depende diretamente da adoção de práticas sustentáveis. Ressaltando que, sem políticas públicas integradas, participativas e efetivas, torna inviável alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A atuação do Estado deve, portanto, basear-se na integração dos diversos setores e esferas de governo, com a cooperação da sociedade civil e do setor privado.

Portanto, é necessário incluir toda a sociedade para colaborar na resolução desta problemática que vem ampliando mundialmente, sendo mais evidente em determinadas regiões geográficas a crise hídrica.

Vale destacar que, de acordo com a Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015, foi instituída a Política de Educação para o consumo Sustentável, com o intuito de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis. Ao poder público em âmbito Federal, Estadual e Municipal, deverão promover campanhas em prol ao consumo sustentável, em espaço nobre dos meios de comunicação de massa (Brasil, 2015).

Além disso, conforme destaca Loureiro (2004), a educação ambiental crítica vai além da simples transmissão de informações ecológicas: ela procura mudar comportamentos e formar indivíduos politicamente conscientes. Isso se torna fundamental em situações em que a crise hídrica é resultado não apenas de fatores naturais, mas também da má administração, da degradação do meio ambiente, bem como da falta de planejamento urbano.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa consiste em uma pesquisa com dados secundários e qualitativa, utilizando artigos, pesquisa documental, bibliografias, livros e registros governamentais como base de dados para a pesquisa. Para Gonçalves (2003), a pesquisa qualitativa possibilita tanto a compreensão como a interpretação do fenômeno considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõem ao pesquisador uma abordagem hermenêutica.

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva tendo como objetivo descrever e explorar os dados existentes sobre o assunto, a fim de demonstrar a importância do tema em tela. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa envolverá os processos de análise e interpretação dos dados.

A pesquisa abrange uma metodologia qualitativa e com enfoque descritivo. A pesquisa qualitativa lida com fenômenos: prevê a análise hermenêutica dos dados coletados (Apollinário, 2004).

Portanto, numa pesquisa de cunho qualitativo, a interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental. Afinal, não se trata apenas de um conjunto de informações fechadas cujo valor numérico é o único aspecto a ser levado em consideração, devido a própria natureza do fenômeno investigado.

Pode-se definir método como o “[...] conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim.” (Galliano, 1986, p. 6).

Segundo Gil (2002, p. 45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Para Ander-Egg (*apud* Marconi; Lakatos, 2001, p. 155), de modo genérico pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permitem descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Para a execução da pesquisa serão utilizados dados secundários como principal fonte de informações. Os dados serão coletados através de pesquisa documental, bibliografias, livros e registros governamentais, a fim de identificar os tipos de planejamento estratégicos para o enfrentamento da crise hídrica em Rondônia. O *corpus* documental trabalhado nesta pesquisa está disposto no quadro 1.

**Quadro 1 – Corpus documental da pesquisa.**

<b>Conjunto</b>	<b>Tipo</b>	<b>Documento</b>
Legislação Federal	Constitucional	Constituição Federal de 1988
	Leis complementares	Lei nº 9.433/1997
		Lei nº 13.186/2015
Legislação Estadual	Decreto do Estado de Rondônia	Decreto nº 28.613
Documental	Página web	Portal do governo do Estado de Rondônia.
	Plataforma pública	Plataforma SEDAM
	Plataforma pública	Plataforma CAERD
Bibliográfico	Produções científicas	Livros

Fonte: elaboração própria (2025).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos que compõem o corpus desta pesquisa evidencia que a Constituição Federal de 1988, ao abordar sobre o meio ambiente, estabelece em seu artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988, n.p.).

Ressalta-se que a partir destas diretrizes existentes na constituição, com o passar dos anos consolidou-se a necessidade de políticas públicas ambientais que articulassem a questão da preservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, a Lei nº 9.433/1997 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, em que se estabelece os princípios de como ocorre a descentralização da gestão e também da participação dos usuários e da sociedade civil, onde promove um modelo mais democrático e também sustentável de governança hídrica (Brasil, 1997).

Diante disso, através desta pesquisa constatou que o governo de Rondônia realizou ações em escolas públicas para o enfrentamento da crise hídrica, orientando os alunos a adotar práticas sustentáveis, tanto em casa quanto na escola. É válido destacar que a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc-RO), realizou palestras, rodas de conversas sobre o enfrentamento da crise hídrica. No âmbito escolar, foram adotadas medidas para a economia de água, como a substituição de torneiras ineficientes, fixação de lembretes para o uso consciente e reaproveitamento da água dos ar-condicionado para regar plantas. Outra ação importante realizada nas escolas, foi a participação da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia (CAERD), em uma feira de ciência, abordando assuntos de forma clara e objetiva sobre a crise hídrica e reforçando a importância da gestão

consciente da água. A interação com os alunos e pais, ajudaram na sensibilização do público sobre como é importante ter práticas sustentáveis e a importância da colaboração de toda a comunidade na preservação dos recursos hídricos.

Salienta-se que, devido à crise hídrica que assola a região Norte, o governo de Rondônia vem aprimorando suas ações para promover a conscientização e a educação sobre a importância da proteção dos recursos hídricos, bem como seu uso racional.

Conforme observado por Dias (2012), a educação ambiental deve ser incorporada de maneira integrada nas instituições de ensino, nas mídias e nas iniciativas comunitárias, funcionando como uma ponte entre o saber científico e o cotidiano dos cidadãos. Em relação à crise hídrica, essa educação pode promover desde a adoção de hábitos mais sustentáveis no uso da água até a mobilização da comunidade para apoiar políticas que visem o saneamento, o reflorestamento e a redução do desperdício.

Desta forma, a incorporação da educação ambiental como uma política transversal dentro da gestão pública pode ter impactos duradouros, promovendo uma cultura de cuidado com os recursos hídricos e incentivando uma maior participação da sociedade. A mudança na realidade hídrica de Rondônia depende, de forma inevitável, da formação de cidadãos bem-informados e comprometidos com a proteção dos recursos naturais.

Vale salientar que, de acordo com informações obtidas através de documentos disponibilizados na página web da Secretaria de Desenvolvimento da Amazônia - SEDAM<sup>1</sup>, o governo implementou ações para enfrentar a crise hídrica. Entre elas está o “projeto recuperar”, tendo como objetivo preservar e recuperar os cursos de água nos municípios mais afetados pela escassez. Assim, revitaliza as áreas degradadas e garante a sustentabilidade dos recursos hídricos a longo prazo. Tais medidas revelam resultados positivos para a recuperação de áreas estratégicas e sensibilização da população sobre a importância de preservar os recursos hídricos.

Além disso, o Plano de urgência e contingência elaborado pela Companhia de Água e Esgoto de Rondônia, por exemplo, é um documento que visa coordenar estratégias e medidas para enfrentar a situação crítica da crise hídrica em Rondônia, visando garantir o abastecimento de água potável de forma coletiva em escolas, hospitais, delegacias, asilos e presídios. São ações que asseguram suprir os setores mais vulneráveis, para que não sejam afetados de forma crítica durante o período de escassez.

Conforme a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, diante do artigo 1º, inciso III (Brasil, 1997), prevê que diante da escassez a prioridade dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

Portanto, o fortalecimento da gestão de recursos hídricos em Rondônia exige não apenas o cumprimento das normas vigentes, mas também a reformulação dos

<sup>1</sup> Endereço da página web: [https://www.sedam.ro.gov.br/noticias?limit=15&offset=1&order=desc&order\\_field=created\\_at](https://www.sedam.ro.gov.br/noticias?limit=15&offset=1&order=desc&order_field=created_at).

mecanismos de governança, com ênfase especial na descentralização efetiva, no fortalecimento institucional e na ampliação da participação pública. É crucial que o processo decisório seja transparente, inclusivo e tecnicamente informado, respeitando os diversos usos da água e promovendo a proteção ambiental. Só assim será possível caminhar para uma gestão de recursos hídricos mais democrática, eficiente e sustentável no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que a crise hídrica em Rondônia não é apenas um fenômeno ambiental, mas uma consequência direta de um conjunto de fatores interligados, como a degradação dos ecossistemas, a falta de planejamento urbano, o crescimento desordenado da agropecuária e, sobretudo, a fragilidade da gestão pública em articular políticas integradas e sustentáveis. Apesar de estar inserido na Bacia Amazônica, uma das maiores reservas hídricas do mundo, o estado enfrenta, paradoxalmente, dificuldades no abastecimento de água potável e na preservação de seus recursos naturais.

Diante disso, esta pesquisa constatou que a administração pública tem papel central na condução de políticas hídricas eficazes, desde o planejamento estratégico até a execução de ações emergenciais, como planos de contingência, distribuição de água em períodos de estiagem e fiscalização do uso dos mananciais.

Outro ponto de destaque nesta pesquisa é o papel estratégico da educação ambiental como instrumento transformador de hábitos, comportamentos e políticas. Sem uma população sensibilizada, consciente, informada e mobilizada, torna-se complexo implementar mudanças de longo prazo no padrão de consumo da água e na preservação ambiental. Além disso, a ausência de campanhas educativas e a baixa difusão de informações públicas sobre o tema agravam o cenário de vulnerabilidade.

Portanto, superar a crise hídrica exige mais do que medidas técnicas ou investimentos pontuais. Requer uma mudança de paradigma na forma como os recursos naturais são geridos e compreendidos, tanto pelo poder público quanto pela sociedade. É preciso consolidar uma cultura de responsabilidade socioambiental, promover o fortalecimento das instituições públicas e garantir a implementação de políticas públicas sustentáveis, baseadas em evidências, planejamento contínuo e compromisso intergeracional.

Nesse sentido, este estudo espera contribuir para o avanço do debate acadêmico e prático sobre a crise hídrica, reforçando a importância de estratégias integradas, eficientes e participativas. A água, como bem comum e direito essencial à vida, deve ser tratada com a seriedade e a urgência que a atual conjuntura exige. Afinal, as futuras gerações dependerão das escolhas feitas hoje para garantir o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Durante a realização desta pesquisa, observou-se algumas limitações que devem ser reconhecidas, como a disponibilidade reduzida de dados atualizados

sobre o tema, tempo limitado para desenvolver a pesquisa e o acesso a informações oficiais de caráter mais detalhado. Tais limitações não comprometem os resultados alcançados. Contudo, para o avanço em trabalhos futuros é relevante aprofundar em estudos de campo, bem como entrevistas, contato com a comunidade mais afetada, de forma a enriquecer a análise sob diferentes perspectivas.

Em suma, desenvolver este trabalho agregou conhecimentos cruciais para minha formação acadêmica, pois possibilitou a compreensão e reflexão sobre os desafios enfrentados na gestão dos recursos hídricos, bem como a relevância do uso das políticas públicas para alcançar a sustentabilidade. Portanto, apesar dos desafios enfrentados, o processo proporcionou aprendizado científico enriquecedor.

Diante do exposto, conclui-se que uma administração pública eficiente, aliada à governança democrática e à educação ambiental, é fundamental para enfrentar os desafios impostos pela crise hídrica, visando assegurar um futuro em que o acesso à água seja garantido de forma equitativa, sustentável e universal.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rômulo. **Comitê de Crise Hídrica apresenta relatório de situação a secretários municipais**. 2024. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/comite-de-crise-hidrica-apresenta-relatorio-de-situacao-a-secretarios-municipais/>. Acesso em 1º set. 2024.

APOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da pesquisa qualitativa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm). Acesso em 24 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015**. Institui a Política de Educação para Consumo Sustentável. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13186](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13186). Acesso em 3 ago. 2024.

CAMPOS, Mateus. **Rondônia**. In: Mundo Educação. [s.l.], [s. d.]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm>. Acesso em: 15 out. 2025.

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA. **Censipam alerta para nova crise hídrica em Rondônia**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/censipamprogramacao-do-seminario-censipam/pt-br/central-de-conteudos/noticias/censipam-alerta-para-nova-crise-hidrica-em-rondonia>. Acesso em: 15 out. 2025. (Publicado em 1º abr. 2024. Atualizado em 27 set. 2024)

COSTA, Emily. **Rio Madeira seca quase 3 metros em 15 dias; especialistas alertam para 'crise hídrica severa' nos próximos meses.** 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/06/22/rio-madeira-seca-quase-3-metros-em-15-dias-especialistas-alertam-para-cri-se-hidrica-severa-nos-proximos-meses.ghtml/>. Acesso em 26 jul. 2025.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** São Paulo: Gaia, 2012.

FUSATI. **Consumo de água e a sustentabilidade em tempos atuais.** 2025. Disponível em: <https://www.fusati.com.br/consumo-de-agua-e-a-sustentabilidade-em-tempos-atuais/>. Acesso em 15 out. 2025.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à metodologia científica.** São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, J. C. **Fundamentos da pesquisa qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica: contribuições para a formação de educadoras(es) ambientais.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOURA, Vanessa. **Governo do Estado institui Comitê de Crise Hídrica para garantir consumo de água potável à população.** 2023. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-do-estado-institui-comite-de-cri-se-hidrica-para-garantir-consumo-de-agua-potavel-a-populacao/>. Acesso em 1 jul. 2025.

NEVES. Richard, Rejane Júlia. **Medidas de enfrentamento à crise hídrica em Rondônia são efetivadas pela Caerd.** News Rondônia, 2024. Disponível em: <https://newsrondonia.com.br/meio-ambiente/2024/08/06/medidas-de-enfrentamento-a-cri-se-hidrica-em-rondonia-sao-efetivadas-pela-caerd/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PINTO-COELHO, Ricardo Motta, HAVENS, Karl. **Gestão de Recursos Hídricos em tempos de Crise.** Minha biblioteca, Grupo Artmed, 2016.

RONDÔNIA. **Decreto nº 28.613, de 28 de novembro de 2023.** Institui o Comitê de Crise Hídrica no âmbito do estado de Rondônia. Diário Oficial do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/DECRETO-N%C2%B0-28.613-DE-28-DE-NOVEMBRO-DE-2023-1.pdf>. Acesso em 26 ago. 2024.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

THOMPSON. Ian. The Nature Conservation - TNC. **O que a crise hídrica pode nos ensinar sobre a gestão dos nossos recursos.** 2021. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/crise-hidrica-e-a-gestao-dos-nossos-recursos/>. Acesso em 27 ago. 2024.